

Data: 30 de julho de 2026

Início - 09h30min

Local - Salão Nobre dos Paços do Concelho

Termo - 12h15min

Presidente: - *Sérgio David Ramos Borges (PSD-CDS)*

Vereadores:

- *Clementina Augusta Marçal Gemelgo (PSD-CDS)*
- *Cristina Paula Pinto Ribeiro Pires (PSD-CDS)*
- *Leonardo do Nascimento Moraes Vila Franca (PSD-CDS)*
- *Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues (PS)*
- *Paulo José Castro Rogão (PS)*
- *Armando Caseiro Cepeda (PS)*

Outras Presenças: - *João dos Santos Rodrigues Martins, Técnico Superior*
- *Ana Paula Peredo Martins, Coordenadora Técnica*

Resumo Diário da Tesouraria do dia: 29.07.2026

a) Dotações Orçamentais: 1.717.080,65€

ATA CÂMARA MUNICIPAL
Número: 2026-0019 Data: 18/08/2026



b) Dotações não Orçamentais: 1.275.966,40€

A reunião iniciou-se com a submissão e aprovação da Ata da reunião realizada no dia 16.07.2026.-Distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, foi dispensada a sua leitura e submetida a votação, foi aprovada, por maioria, com abstenção do Vereador Armindo Cepeda por não estar presente na reunião a que a mesma se refere.

Intervenção do Público

O Sr. Presidente da Câmara verificando a presença do Público para intervir nesta reunião propôs que lhe fosse concedida a palavra:

A munícipe **Paula Dias** que reclama devido à luminosidade noturna dentro da sua habitação que se verifica fruto da colocação das Letras “Macedo” junto à Central de Camionagem. Solicita que seja encontrada uma solução porque durante o verão com o calor que se faz sentir vê-se privada de poder abrir as janelas pois não consegue dormir.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que já estão a ser tomadas as diligências necessárias para resolver esta situação.

A munícipe **Hermínia Aguiar** chamou à atenção para o estado em que se encontra o arruamento na Rua Vila Cordeiro, onde é moradora.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que já está previsto dotar no próximo orçamento, tendo sido feito já um levantamento para fazer a obra. -----

O munícipe **Alexandre Gonçalves** começou por dizer que mais uma vez o assunto que o traz ali é a falta de resposta à sua carta de 29 de janeiro de 2026, porque até à data o Sr. Presidente da Câmara Municipal não lhe respondeu e entende que tem direito a uma resposta. **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu que a resposta lhe será dada tão breve



quanto possível. -----

Intervenção dos Membros do Executivo antes da Ordem do Dia:

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse: “Antes de iniciar quero deixar umas notas. Louvar o espírito de missão do 2º Comandante Sub-regional de Emergência da Proteção Civil de Terras de Trás-os-Montes, Júlio Miguel, um residente do nosso concelho e que integrou, como vocês sabem, a Força Operacional Nacional Portuguesa na missão de socorro à população de Venezuela, afetada infelizmente pelos sismos do mês passado. Fica aqui o nosso reconhecimento público. ----

Depois deixar uma nota e felicitar a nova Direção da Associação de Socorros Mútuos de Macedo Cavaleiros, com votos de um excelente mandato. -----

Deixar também os parabéns à Junta de Freguesia de Morais por mais uma Edição da Ceifa e da Malha de Morais, à Junta de Freguesia dos Cortiços pela primeira Edição da Feira de Sabores e Música na Aldeia e à Organização do 13º Encontro Equestre de Grijó, que correu bastante bem e que já nos habituou a grandes espetáculos. Um bem-haja a todos estes citados, que com um grande esforço e dedicação vão dando o dinamismo social, cultural e mesmo desportivo de que Macedo tanto precisa.

Mais informo que, a partir do dia 3 de agosto, passará a haver, pelo menos duas vezes por semana e aos dias de Feira, o serviço público de transporte de passageiros para a sede do Concelho. Foram pensadas 16 linhas de transporte, 8 das quais operarão em exclusivo no concelho de Macedo, isto, lembrar, no âmbito da CIM e do contrato assinado com a operadora por parte da CIM. Iremos, obviamente, divulgar no Site do Município, nas redes sociais e nas demais condições da Junta de Freguesia, fazendo, sessões de esclarecimento junto da população, para que todos possam usufruir deste serviço, que é um designo há muito desejado e que agora finalmente será implementado. Ainda mostrar a nossa solidariedade com o Município e a população de Valpaços e



Mirandela, pelo incêndio que os assola e que nós temos, dentro das nossas possibilidades e da nossa Corporação, também prestado esse apoio, que as coisas corram pelo melhor e que passe o mais rápido possível, e depois, por último, falar sobre as falhas de abastecimento de água, que se têm verificado em diferentes Zonas do nosso Concelho e da nossa Cidade. Em grande medida resultam do avançado estado de degradação de muitas das condutas da rede de abastecimento. Trata-se de um problema estrutural, acumulado ao longo de décadas, que provoca estas ruturas e estas fugas frequentes e, conseqüentemente, as interrupções no fornecimento de água. Esta realidade não é recente. O anterior Executivo chegou mesmo a classificar o estado da rede como um verdadeiro cancro, tendo iniciado, e bem, o processo de remodelação das infraestruturas. Este atual Executivo deu e está a dar continuidade a esse trabalho, assumindo como prioridade a renovação desta rede de abastecimento de água, através de um plano, obviamente, faseado de investimento. Neste momento encontra-se em execução as obras de remodelação das redes de abastecimento em Morais e em Podence, estão, igualmente, previstas intervenções na Rua da Juventude, na Rua Camilo Castelo Branco em Macedo de Cavaleiros. Paralelamente, foi submetida, em 31 de março do corrente ano, a Candidatura correspondente à segunda fase deste plano de Requalificação, contemplando o investimento em Bagueixe, Limãos, Vale Pradinhos e na Rua Comendador António Joaquim Ferreira, no montante global de 954 mil euros. Além disso, já foi elaborado e submetido também o Projeto da 3.^a Fase de Requalificação, que prevê a substituição das condutas e ramais em Travanca e nas Ruas Professor Dr. Correia Araújo, Dr. Armando Pires e Guerra Junqueiro em Macedo de Cavaleiros, com uma estimativa, podemos já dizer, orçamental de cerca de 220 mil euros. Estamos conscientes, obviamente, dos incómodos que estas situações causam à população e ainda por cima, nesta altura de verão e de mais calor, e que vêm os nossos emigrantes e, obviamente, toda a gente gosta de ter água e ter acesso à água. Sempre que ocorre uma rutura, os Serviços Municipais atuam com a maior



rapidez que lhes é possível, para minimizar estes impactos e restabelecer o quanto antes e o mais rápido possível esse fornecimento de água. A solução definitiva passa, como já disse, pela renovação progressiva da rede de abastecimento. É um investimento exigente, mas indispensável, obviamente, para garantir que este serviço seja ainda mais fiável e assim podermos reduzir perdas de água e assegurar uma melhor qualidade de vida para todos os nossos munícipes. É este o compromisso deste Executivo, continuar a investir de forma responsável e consistente na modernização e nas infraestruturas essenciais para o futuro do nosso concelho e esta é uma delas, sem dúvida. Faço um apelo a toda a população que nesta altura, como eu disse, de mais calor e de mais afluência com os nossos emigrantes, que usem a água, obviamente, de maneira consciente e racional, e dar as boas-vindas aos nossos emigrantes que regressam a casa.” -----

A Sr.ª Vereadora Clementina Gemelgo no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Eu aproveitava o momento para dar nota de alguns acontecimentos de relevância no concelho, também na cidade, e começava por dar nota do projeto de Educação Ambiental, que é direcionado para as Escolas e que tem como título “Junto à Terra Sabor”, que integram concelhos da Região do Baixo Sabor, onde está o Município de Macedo, Alfândega, Mogadouro e Moncorvo, decorreu em Mogadouro, no mês de junho, a 6ª Edição deste evento final do Programa “Junto à Terra Sabor”, onde concorreram 25 vídeos apresentados pelos alunos dos oitavos anos dos quatro Agrupamentos que referi. Foram selecionados, depois, 10 vídeos finais e o Agrupamento de Escolas Macedo Cavaleiros venceu o primeiro prémio, com o vídeo “Eu Sou Careto”, dar os parabéns ao Agrupamento, aos alunos, ao Geoparque, ao Município, aos professores envolvidos, porque de facto terem saído também neste Projeto de Educação Ambiental direcionado para o 8º ano. Depois, gostaria também de informar e convidar todos os macedenses, os turistas e, claro, a nossa comunidade emigrante, para participarem e usufruírem do plano de atividades, quer sejam desportivas, recreativas, festivas,



aquilo que o quiserem chamar. A quem chama festas e festinhas, nós chamamos programação cultural, desportiva e de animação do nosso concelho, que também tem que saber receber quem nos visita e também tem que dar propostas culturais a quem nos visita e também a quem cá reside durante todo o ano. Dizer a este respeito que ainda ontem decorreu o concerto de verão da Banda Filarmónica do Brinço na Praça das Eiras e no dia 5 de agosto será a vez da Banda 25 de Março de Lamas fazer também a sua atuação com um concerto de verão. Hoje mesmo haverá também na Praça das Eiras um circo contemporâneo, o Circo Insurte, que é para toda a família, terão a oportunidade de presenciar um espetáculo de um circo contemporâneo que penso que será do agrado de todos. No dia 1 de agosto, também na Praça das Eiras, irá decorrer o Festival de Folclore, que assinala o 49º aniversário do Grupo Cultural e Recreativo da Casa do Povo de Macedo Cavaleiros e neste festival vão participar também mais três grupos culturais, um de Vila Nova de Poiares, outro da Póvoa de Varzim e as Pauliteiras de Miranda. Depois, dar nota também, e penso que já é do conhecimento da maior parte do público, que o Voleibol de Praia estará de retorno às Praias do Azibo: são três dias do Circuito Nacional, ao fim de nove anos, o Voleibol de Praia volta e regressa à Macedo, de 31 de julho a 2 de agosto. A Albufeira do Azibo vai receber uma etapa do Circuito Nacional, trazendo ao território alguns dos melhores atletas da modalidade e estarão em prova cerca de 70 atletas, distribuídos por 18 equipas masculinas e 17 equipas femininas. As provas irão decorrer sexta e sábado, e no domingo das nove às dezassete, sexta e sábado, das nove às dezanove. As finais femininas irão decorrer no domingo. Os jogos de sexta e de sábado têm transmissão em direto na VoleiTV, e as meias-finais e finais vão ser transmitidas na BolaTV. A entrada é livre, será uma mais-valia poderem assistir a este Circuito Nacional, que é de extrema importância, e ressalvo que, para além do Circuito da Albufeira do Azibo de Macedo Cavaleiros, os outros Circuitos são em Espinho, em Matosinhos, em Carcavelos, em Portimão e em Albufeira. E, portanto, dizer que as Praias do Azibo estarão abertas e



prontas para receber este evento desportivo, e para receber todos aqueles que quiserem usufruir da paisagem protegida e das nossas belas praias. -----

Também um programa familiar estará à disposição das famílias com crianças e sem crianças, é um programa educativo, é uma iniciativa nacional, chama-se “Ciência Viva no Verão” e está associada e combina experiências na área da Geologia, da História e da Arqueologia. Podem obter mais informações no Geoparque Terras de Cavaleiros ou em www.cienciaviva.pt/verao. Esta Atividade, estes Programas Familiares Educativos, irão decorrer de 15 de julho a 15 de setembro. Dar também nota que já terminamos o primeiro grupo do ATL do Verão de 2026, o primeiro grupo que esteve a participar, ressaltar que foram atividades muito diversificadas, nomeadamente, e posso identificar algumas, seja a nível desportivo, seja também a nível informático, mas também visitas ao Real Filatório de Chacim, aos Museus Martim Gonçalves de Macedo, ao Museu Coronel Albino Lobo, ao Museu dos Templários e também atividades na Sede do Geoparque. No ATL do Verão também destacar a Vela e a Canoagem, os passeios de barco, as descobertas do património geológico nos museus que referi, visitas e experiências também no Cetro Hípico de Grijó, no Aquaparque de Vila Real, atividades de Paddle, de BTT e usufruto também nas piscinas municipais. Haverá muitas mais que depois poderemos dar nota, também aqui e nas redes sociais e através dos meios de comunicação, de atividades culturais, educativas, turísticas, que se pretendem levar a todos, para que todos possam usufruir de facto de um período de animação festiva no Verão.” -----

A Sr.ª Vereadora Cristina Pires no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Partilhar aqui uma iniciativa que o CLDS e a CPCJ promoveram em colaboração com o Município. Foi no âmbito do dia dos avós e foi muito gratificante ver a adesão da população e sobretudo a alegria dos nossos avós, que são um património humano de enorme valor para o nosso concelho. Quero agradecer à CPCJ, ao CLDS 5G, aos Serviços Municipais, a todos os avós do concelho e a todos os



participantes que contribuíram para que esta iniciativa fosse um sucesso.” -----

O Sr. Vereador Leonardo Vila Franca no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Dar nota da visita que nos proporcionou a CAP, na pessoa do seu Vice-Presidente e o Presidente da FENAREG, a Federação Nacional de Regantes, entre outras Entidades, bem como a presença do Eng.^o Macário Correia, Presidente da Aqua.S.A., um Associado de 5 mil milhões de euros, dos quais 600 milhões são dedicados ao Regadio, para a redução de perdas de água, construção e reabilitação das infraestruturas existentes. Tendo em conta a importância do mesmo na produção agrícola do nosso concelho na sua implementação nas nossas explorações. Foi também reforçada a importância da requalificação do canal condutor e dos seus mecanismos que fazem com que a água chegue aos nossos agricultores. A Associação de Regantes tem uma Candidatura já navegada e essa Candidatura contempla tudo o que é canal físico, mas não contempla uma parte muito importante, aliás, se calhar a parte mais importante do nosso canal, que é a central elevatória e o Município, neste caso, está a fazer aqui a ponte entre as duas entidades, a Associação de Regantes e a Sociedade Aqua.S.A., que gere o fundo da Aqua.S.A. para introduzirem nesse projeto a Estação Elevatória. A Estação Elevatória tem 40 anos, começa a dar de si e tem um quadro elétrico que tem os seus problemas. Neste sentido o Município comprometeu-se a ajudar, para introduzirem a Estação Elevatória nesse Projeto. De fazer referência também a uma sessão que houve no SideUp da Carta do Artesão, a sessão contou com 20 presenças e o foco central da sessão foi dar informações aos nossos artesãos para adquirirem e para formalizarem o pedido para a Carta do Artesão. O que é que a Carta do Artesão lhe proporciona? Proporciona-lhe a dignidade dos seus produtos, a classificação dos seus produtos como artesanato e as vantagens que têm em participar em Feiras Nacionais e Internacionais porque uma coisa são os nossos mercados aqui na região, mas se quiserem entrar numa Feira Nacional ou numa Feira Internacional, eles têm que ter a Carta do Artesão, senão são



barrados. Dizer aos artesãos que a Divisão da Cultura, juntamente com a Divisão da Agricultura e Desenvolvimento Rural, está disponível, para qualquer informação de todo o processo e toda a documentação necessária para assim o adquirirem, dirijam-se ao Edifício SideUp.”

O Sr. Vereador Benjamin Rodrigues no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Gostaria de deixar aqui uma nota inicial sobre a nossa função enquanto ouvintes dos munícipes, e de facto, foi curioso que tivemos aqui alguns munícipes que, estiveram a expor as suas preocupações, e de facto temos que tentar ser mais céleres a dar as respostas, porque há sempre essa expectativa de ter uma resposta. É uma questão de consideração, aliás, como aqui vimos, a indignação de uma dessas pessoas. A outra situação também é importante, já discutimos aqui, já não é inédito, a questão do alargamento daquela via aqui mencionada pela munícipe no período do público. É uma questão de urbanismo, é importante para o nosso Município e acho que devia ser contemplada para o próximo orçamento.

Depois, em relação a algumas considerações que aqui foram feitas sobre as atividades do Município, dizer que obviamente concordamos com todas elas e são sempre de saudar, mas deixar aqui uma nota de que realmente valeu a pena aquele investimento que fizemos nas Feiras e Eventos em todas as Freguesias porque isto realmente cria uma dinâmica muito importante, atendendo ao facto de termos pouca população e isto obriga a mobilizar e a movimentar as pessoas de todo o Concelho e assim as Freguesias também se sentem mais apoiadas, têm incentivos para continuar e é muito importante, portanto, de saudar, de facto, estas Feiras porque é uma forma de criar aqui uma dinâmica e manter as Freguesias “Vivas”. Falou-se também na questão do Festival de Folclore, e nós tínhamos já essa intenção de dar um bocadinho mais de dimensão a este Festival porque de facto, temos sempre três ou quatro grupos e há aqui um grande esforço por parte do Grupo, mas precisávamos talvez de



internacionalizar o festival, e não é difícil, que é o mesmo que acontece com o nosso grupo, vai de facto, aos eventos internacionais, nós disponibilizamos o autocarro, é apenas o investimento feito na restauração e nas dormidas. E não é difícil, não se gasta muito dinheiro, e acho que era importante, começar talvez aqui com a Espanha, que é mais perto, mas era importante até porque o grupo merece essa atenção. Já são muitos anos, são muitas edições e muitas décadas de existência.

Queria também colocar aqui algumas questões e solicitar alguns esclarecimentos: Eu gostaria de perceber como é que estão a funcionar as Formações no Edifício do Mercado Municipal e isto porquê? Penso que estão cursos a decorrer, inclusive falou-se naquele curso de especialização técnica em turismo, portanto, era importante perceber se de facto há movimento, porque houve um grande constrangimento com a mudança de funcionários, de unidades para o SideUp, quando sabíamos perfeitamente que nesta altura, sem eficiência energética, era muito difícil de tolerar estas temperaturas elevadas e de facto havia esse projeto também da eficiência energética que vocês, e muito bem, estão a dar continuidade e espero que em pouco tempo possamos ter essa Requalificação, mas acho que os funcionários se sentiram preteridos, e depois, em termos de funcionamento, causou aqui algumas lacunas, nomeadamente, isto como eu disse, nós também ouvimos os munícipes na rua, a questão do BUPI, as pessoas terem que se deslocar, pessoas com alguma mobilidade reduzida, depois atendendo à localização das Finanças, aqui no centro da Cidade. Tínhamos de facto tudo aqui mais perto e neste momento as pessoas queixam-se dessa disfuncionalidade. Relativamente à Formação, e uma vez que também tínhamos esse Centro Tecnológico Especializado no Instituto Piaget, como é que está? Está a funcionar? Isso também é o nosso interesse. É muita gente que vem de fora e que frequenta esses cursos, e de facto nós devíamos pensar também não só na parte tecnológica e digital, mas também na questão da Licenciatura de Fisioterapia, que nós tínhamos negociações já muito



avanzadas, com o próprio Presidente do Instituto Piaget, havendo esta possibilidade de nós integrarmos o Instituto Politécnico Universitário do Norte. Relativamente ao Curso da Especialização Tecnológica em parceria com o IEFP, a gestão de turismo do nível 5, com o 12º ano, questiono se há de facto muita gente a frequentar esse curso e se o Município já tem ideia do que lhes pode oferecer no final do mesmo.

Também gostaria de saber, em termos de formações temporárias e conhecendo o esforço que nós fizemos para manter a Escola de Negócios do IPB em Macedo Cavaleiros, sabemos que iniciaram uma pós-graduação e temos assegurado já as próximas, porque isso era um planeamento que temos de fazer previamente, para não deixar de manter esta luz acesa, porque senão, obviamente, há muitos interessados em retirar daqui a Escola de Negócios, nomeadamente o próprio IPB para Bragança, e todos sabemos disso e gostaríamos de saber em que pé estamos nestas negociações. -

Referir também que fiquei curioso há dias, porque vi os autocarros elétricos. E questiono se eles estão a funcionar e, em caso afirmativo, que nos digam que trajetos fazem? Na minha opinião era importante eles serem utilizados no transporte para o Azibo, porque são trajetos curtos, e infelizmente, ultimamente, talvez pelos horários, mas tinha pouca solicitação, e se calhar estes autocarros eram bons para utilizar nesse trajeto. -----

Outra questão é relativamente ao Chefe da Unidade de Logística, pois sei que o Eng.º Vítor Bráz foi destituído do cargo e uma vez que nem há razões políticas que o liguem a qualquer regime, nem nunca houve, pelo menos eu não conheço quais são as tendências políticas dele e de facto estamos aqui a desperdiçar uma experiência de anos acumulada.

Outra questão que eu gostaria aqui de deixar, porque para mim foi outra luta grande que tivemos. Ainda não está a funcionar, o centro interpretativo dos frescos a norte, junto do Geoparque e tivemos que



fazer um esforço grande para retirar de lá um espaço de exposição, para podermos ter atratividade de turistas aqui na região, e como sabem, também esse era desejável em outros concelhos. E neste momento eu penso que não está a funcionar, por aquilo que eu percebi, e de facto já passou um ano, havia problemas estruturais, mas num ano podíamos ter resolvido isso. ---

E também sobre projetos, ontem acabei por ler uma notícia sobre o PRR e os projetos que o Distrito tem, e sabemos perfeitamente que há aí duas situações em que o PRR captou muito investimento, mas é lógico, ligação Bragança-Vinhais, Alfândega-Barragens, mas eu gostaria de saber, dos nossos projetos aprovados, penso que foram mais de 800, e um valor ainda considerável, 14 milhões de euros, gostaríamos de saber o que é que podemos esperar do andamento destes projetos, o que é que vai acontecer com estes projetos. -----

Em relação às fugas de água, tem havido uma resposta bastante razoável e falo concretamente na minha zona, mas há várias zonas do concelho com este problema. Sei que contrataram duas empresas, e de facto há necessidade, mas andamos muito tempo a trabalhar e a investir nas nossas equipas, as nossas equipas também estão a ser utilizadas, o que é que elas andam a fazer, porque de facto isto é importante percebermos, por que razão tem que haver duas contratações de duas empresas Extra Município, porque de facto fez-se um grande investimento na modernização, os contadores inteligentes, digitalização, deteção das fugas ao minuto, e ter um customer service premium é importantíssimo para o nosso concelho, de facto é das coisas que dá mais visibilidade. Portanto eu gostaria de perceber também como é que estão a funcionar essas Empresas. -----

Relativamente às atividades Náuticas, já falei nisto antes, continuo a falar e este protocolo que vamos hoje aprovar com a Federação de Vela, é importante para a nossa juventude, para as pessoas com mais dificuldade, para o desporto adaptado, para o desporto juvenil, é importante de facto nós conseguirmos criar aqui também uma dinâmica, já que estamos a



criar por todo o concelho, aquilo é o nosso ex-libris, vamos fazer um polo de atividade. Quero dar-vos aqui os parabéns por uma obra que não avançou ainda no nosso mandato, o Largo de Pinhovelo. Dizer que passei lá a ver e de facto estou a gostar do que estou a ver, tal como o alcatroamento da ligação IP2 que era importantíssimo e de facto está agora, embora com dimensões mais reduzidas, mas suficiente para circular em segurança e sem destruir as viaturas.

Relativamente a estas obras, gostaria também de saber em que estado está a questão do passeio da CERCIMAC, nós aqui já apresentamos uma proposta, era algo a executar, até porque comprometia toda a obra que a CERCIMAC estava a executar, e nós tínhamos um compromisso para executar aqui nos primeiros meses do ano, e pronto, já passou mais de meio ano e de facto era importante saber. Depois gostaria também de deixar aqui uma questão, o Boletim Municipal, porque é que terminou, nem que seja na forma digital, acho que é importante. É bom para todos, é bom para as aldeias em formato físico, porque as pessoas não têm muitas vezes acesso à componente digital e isto seria importante, para além de que até é uma questão de corresponder e cumprir institucionalmente o que está preconizado na Lei.

Dar-vos também mais uma vez os parabéns na questão dos meninos do ATL, em levá-los aos Museus, porque foi também um investimento grande que todos fizemos, nomeadamente os executivos anteriores. Falaram agora no Museu dos Templários. Será talvez o mais recheado Museu Templário em Portugal com boas peças e credenciadas, e portanto isto é muito importante. -----

Sobre os Lotes da Zona Industrial falar de uma Empresa que tem bastante dinâmica, e neste momento penso que está entre as quatro Empresas que mais faturam no nosso Concelho, que é a DOOLIBAR, tivemos algumas dificuldades em atribuir Lotes, e eles acabaram por comprar numa massa insolvente de dois Lotes, e que parece que agora foi



pedida a reversão do Lote por ausência de construção. Nós durante muito tempo tolerámos e permitimos, e eu gostaria de saber se foi a Empresa que não pediu a prorrogação do prazo? Nós sabemos que há uma grande dificuldade neste momento com os construtores e é uma obra grande, acho que devemos reconsiderar esta situação, porque estamos a falar de uma das quatro maiores empresas do Concelho, pelo menos em termos de faturação, e é a empregabilidade que está em causa, e sei que é uma empresa que tem capacidade de execução, sei disso porque eles acabaram por comprar, por alto preço, os Lotes e por uma questão mesmo de transparência, tentar perceber como é que a comissão de atribuição de lotes tem reunido, se convocam todos os membros, qual é o critério. Isto talvez fosse um assunto a trazer aqui para uma reunião de câmara, trazer o relatório, já falamos nisto aqui, não é a primeira vez, mas de facto era importante, até por uma questão de transparência, para as pessoas perceberem quais são os critérios de atribuição.”

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu: “Começaria pela questão dos cursos no IEFP que estão a decorrer no Mercado Municipal, dizendo só que, além do Turismo, e posso dizer que estão entre 26 e 30 pessoas, estão a decorrer mais quatro cursos. Posso também dizer que um deles é a jardinagem e também já há uma parceria com o Município para que a parte prática da jardinagem seja feita nos nossos jardins. Estamos agora a agilizar e a ver aqueles em que eles poderão também ajudar e fazer a parte prática, e então ganhamos todos, ganha o Município e ganham eles.

A questão do funcionamento do BUPI e dos serviços, no SideUp, é uma questão que já foi discutida, obviamente que a mudança é sempre complicada, e há aqui alguns constrangimentos, e mesmo a questão do calor para os serviços que lá estão, mas como falamos estamos a melhorar as instalações através da eficiência energética, estamos a recuperar e a requalificar essas instalações e obviamente que há sempre



alguns constrangimentos e nós tentamos da melhor forma fazer com que eles sejam ultrapassados.

Em relação ao PIAGET e ao IPB, temos já reuniões agendadas com as respetivas Direções, eu visitei as instalações do PIAGET e está feito um investimento de cerca de um milhão de euros, e realmente temos ali umas instalações espetaculares munidas, nomeadamente para a robótica, para a informática, e já está marcada essa reunião para vermos em termos de apoio, de dinâmica e promoção aquilo que podemos fazer e trazer para o nosso território, obviamente que a fisioterapia estará em cima da mesa nessa reunião. -----

Na questão do IPB, e à Escola de Negócios, como vocês sabem, é uma realidade e nós faremos tudo para que realmente não saia daqui e seja dinamizada da melhor forma. -----

A Sr.ª Vereadora Clementina Gemelgo disse: “Acrescentar que o Centro Tecnológico do PIAGET está a funcionar e está disponível para ser integrado nas atividades escolares, nas atividades de literacia digital, que já decorreu também no ano transato. Temos esse compromisso de trabalho e cooperação com o Dr. Armando Queijo e foi uma das ideias e projetos que ele trouxe aqui também no Conselho Municipal de Educação e a disponibilidade para trabalharmos em parceria com esse Centro.” -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal prosseguiu: “Relativamente aos autocarros elétricos estão prontos a funcionar, só falta mesmo o carregador e estamos à espera que seja instalado o carregador no local.” -----

A Sr.ª Vereadora Clementina Gemelgo disse: “Se me permite Sr. Presidente, os autocarros já estão de facto a fazer o transporte para o Azibo, um bocadinho condicionados é certo, porque têm que ir Mirandela a fazer o carregamento, mas já estão a ser utilizados.” -----

O Sr. Vereador Benjamim Rodrigues disse: “relativamente aos carregadores penso que já deviam estar acautelados, pois a empresa já



teve mais de meio ano para fazer a entrega.” -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou: “O procedimento do Executivo é que não foi feito a tempo, não tendo neste caso a Empresa qualquer responsabilidade.” -----

O Sr. Vereador Paulo Rogão questionou quando é que a Câmara abriu o concurso dos carregadores.” -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu: “Só quando recebemos os autocarros, se percebeu que realmente esse procedimento não estava feito mas posso-lhe dizer que quando chegaram os autocarros, e verificamos a situação, foi feito de imediato.” -----

O Sr. Vereador Paulo Rogão disse: “Mas aí é que está a questão. Se calhar não precisavam chegar os autocarros. A partir do momento em que fizeram a adjudicação, sabiam as características das viaturas que compraram e nesse mesmo momento, podiam ter aberto o concurso.” -----

O Sr. Vereador Benjamin Rodrigues disse: “A questão da viatura que na altura resolvemos adquirir por uma questão de mobilidade elétrica para o Município, há quanto tempo é que essa viatura já está?” -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu: “Do BMW que é 100% elétrico e supostamente é uma viatura Presidencial? Sim. Essa viatura está a tentar ser revertida para, dentro do possível, com a mesma Empresa, ser substituída por três viaturas de todo o terreno. -----

Em relação à questão dos Frescos o local tem que ter uma confirmação científica e estamos a ultimar as obras porque realmente aquilo não é assistido. A parte dos projetos que perguntou estão nos prazos previstos em andamento. -----

Em relação às fugas de água, foram adquiridos os serviços de duas empresas locais e ainda bem porque nós tínhamos duas equipas e neste momento temos três equipas que estão a dar a melhor resposta possível. O estado das condutas é o que é, e nós, nesta altura, somos apanhados



dentro desta época do verão em que duplica a população o que faz com que haja uma sobrecarga. Em termos de equipas, temos três a trabalhar. Obviamente gostaríamos de reforçar e ainda fazer mais equipas. Conseguimos com estas três mais estas duas empresas e os serviços destas duas empresas melhorar a rápida resposta, melhorar a resposta e tentar que realmente passemos este verão e esta época mais crítica.”

A Sr.^a Vereadora Clementina Gemelgo disse: “Voltando ao assunto anterior, relativamente aos Frescos, e aproveitando aquilo que também disse o Sr. Vereador Paulo Rogão, sobre a presença dos Chefes de Divisão, eu contatei agora a Chefe de Divisão da Cultura e do Turismo, para ver a possibilidade de poder vir aqui. Ela está num dos Geossítios, mas eu coloquei a questão sobre a obra e como é que está, porque é que os Frescos ainda não avançaram, e a informação que ela transmite era aquela que estávamos a falar. O processo está, neste momento, do lado da Associação de Municípios, porque as paredes do centro interpretativo estavam muito danificadas, com vários problemas de humidade, que ainda nunca tinham sido resolvidos. Este Executivo já tratou o problema das paredes com a colocação de placas de gesso, com espaçamento para respiração. O problema que existia na parte da responsabilidade do município foi rapidamente resolvido. Falta agora pela parte da Associação de Municípios do Baixo Sabor coordenar com a Empresa responsável para a montagem da museografia vir fazer esse trabalho.”

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse: “Em relação à questão das Atividades Náuticas, obviamente que temos ali o Centro Náutico e estamos a reforçar e a planear o maior número de atividades nessas infraestruturas e salientar que o ATL tem usado as atividades náuticas no corrente ano. Com este protocolo com a vela, como eu disse, também os Sêniores e Adaptados conseguirão ter acesso a este Centro Náutico.

A questão do Largo de Pinhovelo está a andar dentro do previsto, falta só



a via principal que está a decorrer dentro dos prazos previstos.

A questão da CERCIMAC a obra também está a decorrer.

Em relação ao Boletim Municipal está a ser pensado e em análise a renovação.” -----

A Sr.ª Vereadora Clementina Gemelgo relativamente à questão do Boletim Municipal informou “Iremos retomar brevemente a divulgação que pode não ser nos mesmos moldes, com uma cara diferente ou noutro formato.” -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse: “Em relação aos Lotes da Zona Industrial, o Sr. Diretor está com esse dossiê, não tenho essa informação, mas posso-lhe dizer que realmente a Zona Industrial está a decorrer. -----

Em relação à questão do Chefe de Unidade da renúncia do Chefe de Unidade a este cargo foi o próprio que apresentou a sua renúncia ao cargo, na sequência de um acumular de situações ocorridas ao longo do exercício das suas funções, entre essas situações contou-se pelo menos três falhas de agendamento de transportes, designadamente transportes de crianças para atividades previamente programadas. Num desses episódios, apesar do transporte ter sido previamente agendado, o Chefe de Unidade não ordenou a sua execução, o que impediu a deslocação de quatro turmas e uma atividade promovida pelo Geoparque. Situação semelhante ocorreu também relativamente a crianças na Freguesia de Morais, quase que impossibilitadas de realizar a Visita de Estudo a Bragança, e perante esta sucessão destes acontecimentos, o próprio reconheceu que os factos registados comprometiam a confiança necessária e o exercício das responsabilidades inerentes à Direção da Unidade, motivo pelo qual o próprio apresentou a sua renúncia. O Executivo Municipal respeitou, obviamente, essa decisão, entendendo-a como um ato de assunção da responsabilidade institucional, e nessa sequência aceitou a renúncia e determinou a adoção das medidas



necessárias. Para assegurar a continuidade do normal funcionamento desta Unidade, bem como o reforço dos procedimentos internos, com o objetivo de prevenir a repetição de situações semelhantes, e garantir, obviamente, a prestação de um serviço de qualidade à comunidade. O Executivo Municipal reafirma o seu compromisso com os princípios da responsabilidade, da transparência e da melhoria contínua dos serviços prestados, lamentando profundamente os transtornos causados, e renovando o pedido de desculpas a todos os envolvidos, nomeadamente pais e comunidade educativa. Como se sabe, está a decorrer um concurso de dirigentes, pelo que será colmatado pensamos e queremos nós, brevemente.” -----

A Sr.^a Vereadora Cristina Pires disse: “Relativamente à questão dos carregadores do autocarro a Chefe de Unidade fez chegar a informação que foi em dezembro aberto o primeiro procedimento, mas por falta de documentos do concorrente não avançou, e, portanto, o seguinte é que foi aberto em maio, e este já foi adjudicado. A empresa já fez pedido de viabilidade à E-Redes, e está na fase de pedido de ligação à rede.” -----

O Sr. Vereador Paulo Rogão no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente tenho aqui várias questões para lhe colocar. E começo por duas que resultaram desta reunião. A primeira tem a ver com a questão dos autocarros, aqui está a prova provada que, afinal, mesmo que os carregadores tenham sido executados no âmbito do primeiro procedimento, hoje os autocarros estavam a circular porque estavam instalados, e muito bem, afinal, a culpa não vem do Executivo anterior, porque não tinha condições para pôr a concurso os carregadores e tentaram passar essa mensagem, portanto, está aqui a prova provada como isso aconteceu. -----

Depois, relativamente à questão do Chefe de Unidade eu pergunto: Então, o Sr. Chefe de Unidade apresenta a demissão porque reconheceu que errou. Esse foi o motivo por que houve, a renúncia ao cargo, ou seja, porque ele reconheceu que, pelos processos que o Sr. Presidente elencou,



motivo pelo qual ele entende que não tem condições para continuar. Esse foi o motivo, correto? Também registo, Sr. Presidente, e permita-me esta expressão, “tiro o chapéu” a este trabalhador porque, ao reconhecer o erro renúncia ao cargo, algo que nunca se viu, até hoje, nesta Autarquia ou noutras. Nunca é assim, Sr. Presidente, geralmente é ao contrário, portanto, se o trabalhador assim o fez, dou-lhe os meus parabéns.

Depois, dizer-lhe o seguinte: recebi, de facto, a documentação solicitada, mas continuo a aguardar a do empréstimo, Sr. Presidente, e é tão simples. É tirar uma cópia do contrato do empréstimo e enviá-la, e já pedi esta documentação há cerca de dois, três meses.

E já agora, sobre a documentação enviada, eu peço que, quando a enviarem o façam para os Vereadores todos, do Partido Socialista, e não só para quem a pede, pois todos queremos ter essa mesma informação. E já agora a Sr.^a Vereadora Susana também pediu a documentação da Feira da Agricultura que também ainda não nos chegou e já lá vai algum tempo.

Depois Sr. Presidente aproveitando a intervenção dos três cidadãos que estiveram no público onde manifestaram o seu descontentamento por atrasos na resposta às questões que eles solicitaram, eu aproveito e digo a mesma coisa. Sr. Presidente aguardamos a visita ao Parque de Máquinas para conhecermos o estado em que se encontram todos os equipamentos, aliás, uma sugestão apresentada por si numa reunião lá atrás que estava disponível a fazermos uma visita ao Parque de Máquinas, e, portanto, continuamos à espera dessa mesma reunião e já agora também para vermos as viaturas elétricas que, entretanto, chegaram. -----

Depois, também, continuo à espera, e aqui sou eu, e são os meus dois colegas do Gabinete Jurídico, da reunião com o Gabinete Jurídico, na sequência das declarações que o Sr. Presidente fez na Assembleia Municipal de fevereiro e estamos em Julho.”



O Sr. Presidente da Câmara Municipal perguntou se esta última intervenção foi feita na qualidade de Vereador ou de funcionário do Gabinete Jurídico? -----

O Sr. Vereador Paulo Rogão respondeu que enquanto Vereador colocou a questão, a pedido dos dois colegas do Gabinete Jurídico do Município. Questionou ainda se o parecer Jurídico solicitado à CCDDR acerca da sua tomada de posse já chegou?-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que ainda não. **O Sr. Vereador Paulo Rogão** questionou ao Sr. Presidente se pediu mesmo o parecer jurídico? **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu que sim mas que entretanto houve mudanças na CCDDR -----

O Sr. Vereador Paulo Rogão continuou: “Os semáforos da Avenida Urze Pires tiveram um problema e demoraram muito tempo para serem colocados, mas agora já lá estão há cerca de um mês e ainda não estão operacionais. O que é que se passa? Qual é o problema?” -----

O Sr. Vereador Leonardo Vila Franca respondeu que o único problema é que o quadro elétrico não está reparado.

O Sr. Vereador Paulo Rogão continuou: “Na última reunião de Câmara, Sr. Presidente, eu perguntei aqui qual é o ponto de situação da obra de Rotunda das Freguesias aqui junto do Mercado. O Sr. Presidente respondeu que não tinha essa informação porque o Chefe de Divisão não estava. Eu pergunto-lhe qual é o ponto de situação. E acrescento mais uma questão. Eu, nesse período, por coincidência, encontrei alguém relacionado com a Empresa a quem o Sr. Presidente, no dia 17 de novembro de 2025, adjudicou esta obra, e perguntei-lhe quando é que ia instalar o equipamento previsto para ali, e ele disse que estava a aguardar que a Câmara o autorize, até porque, desde essa altura, ou seja, desde novembro até hoje, tem o equipamento todo comprado e assim não há Empresas que resistam. Por isso, eu pergunto-lhe mais uma vez. Qual o motivo porque a obra ainda não foi feita?”



O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que ainda não começaram a obra para não causar constrangimentos, nesta altura do ano em que há muita gente. -----

O Sr. Vereador Paulo Rogão continuou: “Mas a obra já foi adjudicada em novembro do ano passado e o Sr. Presidente diz que estão a aguardar o melhor agendamento para a fazer, mas isto não há melhores agendamentos. Sabe porquê? Quando adjudica uma obra, tem um prazo para a executar, para iniciar os trabalhos e um prazo para concluir a obra. Esses prazos já foram mais que ultrapassados. O que face ao Código dos Contratos Públicos, a obra já caducou. Sr. Presidente, não brinque com coisas sérias. Foi adjudicada a 17 de novembro de 2025, estamos em julho de 2026. E está-me agora a dizer que não avança porque traz constrangimentos neste momento. Não é justificação.”

----- **Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu que falaram com o adjudicatário e chegaram a um acordo.

O Sr. Vereador Paulo Rogão continuou: “Segunda situação, Sr. Presidente, no início deste ano, na sequência até de um pedido que vinha do Executivo anterior, veio à Câmara Municipal e aprovámos, ficarmos com a gestão das Rotundas na A4 e no IP2, e na A4 também abrange a Zona Industrial, e, portanto, a Câmara ficava gestora dessas rotundas. Posteriormente, a Junta de Freguesia de Bornes fez-lhe um pedido de autorização, para poder já intervencionar uma rotunda, rotunda essa que quer que seja a Rotunda da Cereja, que, por coincidência, o Sr. Presidente disse-lhe que sim. Afirmou e até na altura, a Junta de Freguesia lhe pediu apoio financeiro ao que o Sr. Presidente respondeu que não porque não era a sua prioridade e a executar-se seria a custos da Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia assumiu esses custos, tem esse equipamento lá depositado, mas não pode instalá-lo. E não pode instalá-lo porque a Câmara Municipal ainda não assinou o contrato. Já estamos a



falar desde março ou abril. Eu pergunto, desde março, abril até hoje, que desenvolvimento já houve?”-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu: “Há uma informação que não está correta, a rotunda não é da nossa responsabilidade e nós colocamos essa questão às Infraestruturas de Portugal, porque me comprometi com o Sr. Presidente da Junta, para que pudesse ser feita antes da festa da Cereja. O problema é que as autorizações não estavam do lado de cá, e nós enviamos tudo para lá, fizemos o pedido, inclusive, o Presidente da Junta estava a trabalhar e bem na rotunda, nós temos a autorização de Bragança, mas a autorização tem que vir de Lisboa, já enviamos o pedido e a documentação que já estava para trás, que vem de 2001, e ainda não temos uma resposta para que possamos dar a autorização. Da nossa parte, a autorização já estava mais que dada.” -----

O Sr. Vereador Paulo Rogão continuou: “Quando a Junta de Freguesia começou a obra, foi-lhe dada a ordem para parar os trabalhos, porque ainda não está assinado o contrato de transferência de gestão das Infraestruturas para o Município, e é a Câmara Municipal que tem que pressionar. -

Sr. Presidente, já há resultados, quanto mais não seja provisórios, da avaliação do Geoparque?” ---

A Sr.ª Vereadora Clementina Gemelgo respondeu: “Não. Oficialmente a UNESCO pede um ano e apresentam só os resultados, e inclusive pedem-nos a nós Reserva para fazer qualquer consideração. Evidentemente que nós dizemos, e eles também disseram, que era uma avaliação positiva, com algumas indicações para melhoria, mas a avaliação oficial, os resultados, eles divulgam numa apresentação própria e oficial.” -----

O Sr. Vereador Paulo Rogão continuou: “Sr. Presidente já agora aproveitando as palavras da Sra. Vereadora, era prática do Executivo anterior, e até eu acho que era de legalidade, vir à Câmara Municipal



todas as concessões que o Município fazia. E o que é que nós verificamos? Todas as concessões que este Executivo já fez, o executivo municipal, ou seja, os 7 membros, não tomaram conhecimento, não sabem as condições, os prazos, os valores, os objetos. O que vamos sabendo é por algumas publicações que vemos. A primeira pergunta que eu lhe faço é, porquê que não vem à Câmara Municipal e estamos a falar especificamente das concessões do Azibo.” -----

A Sr.ª Vereadora Clementina Gemelgo respondeu: “Nos termos da alínea qq) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete de facto à Câmara administrar o domínio público municipal competência que abrange a prática de atos de concessão da utilização privativa. Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 97/2018 atribui aos Municípios competências no domínio da gestão das praias fluviais e lacustres, incluindo a faculdade de concessionar, licenciar ou autorizar a instalação e exploração de equipamentos e apoios de praia, bem como o fornecimento de bens e serviços, enquadrando-se a exploração de quiosques ou outros, em causa no âmbito material destas competências. Foram delegadas tais competências no Presidente da Câmara e, posteriormente, por despacho deste, a obrigo do artigo 46.º do Código de Procedimento Administrativo, foram as mesmas subdelegadas na Vice-Presidente. Nos termos do regime jurídico da subdelegação, o exercício da competência cabe, então, ao Órgão subdelegado, salvo a vocação ou revogação da subdelegação. Isto não impede, de facto, que se traga para conhecimento, se assim entenderem, de toda a listagem, o procedimento, o mínimo do valor que estava em cada um e aquilo que foi, de facto, realizado, eu tenho, por acaso, aqui, no meu caderno, mas posso fazer chegar ou trazer à reunião de Câmara, se assim entenderem.”

O Sr. Vereador Paulo Rogão continuou: “Sra. Vereadora, a legislação que acabou de invocar tem de me dizer qual é a Lei habilitante que permite delegar essas competências. Quando tomei funções alertei que a delegação de competências da Câmara Municipal no Sr. Presidente eram,



a maioria delas, ilegais. Porquê? Porque as Leis que invocam para delegar não têm diploma, ou melhor, não têm artigo que os habilita a delegar essas competências, portanto, essa competência é da Câmara Municipal, não delegável e eu não quero pegar aqui na legalidade da questão.”

----- **A Sr.^a Vereadora Clementina Gemelgo** respondeu: “A última vez que foram feitas as concessões foi exatamente nestes moldes, com o mesmo Chefe de Divisão que estava, que é o mesmo que se mantém agora.” -----

----- **O Sr. Vereador Paulo Rogão** continuou: “Sra. Vereadora, se for ver o histórico, vai ver que todas as concessões vieram à Câmara Municipal. E mais, a concessão dos bares, que até deram problemas, a concessão do Centro Hípico, até foram à Assembleia Municipal, se tem presente. É fácil ver as atas das reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal. Esses assuntos são da competência da Câmara Municipal, mas eu não quero pegar por aí. O que quero pegar é, mesmo que haja delegações ou pelo menos darem conhecimento ao Executivo, para não estarmos aqui a “massacrá-los”, com informações. E porquê esta minha questão? No domingo fui ao Azibo e fui confrontado com o seguinte: no dia anterior, atracaram 4 embarcações para os passeios dentro do Azibo com um pormenor, que eu achei muito estranho, mas é essa a mensagem que está a passar, que é possível fazer churrascos no passeio. E eu queria saber que concessão é essa? Quem é o concessionário? Quais são as condições? E se isso é possível?” -----

----- **A Sr.^a Vereadora Clementina Gemelgo** respondeu: “Quando nós tomámos posse, já havia um pedido desta Empresa, denominado BootIt. O procedimento, penso eu, estava entregue à Eng.^a Cristina Ferreira e já era de agosto de 2025, os primeiros pedidos e os primeiros contactos. É um promotor turístico, como os outros dois que estão lá a operar. São embarcações amigas do ambiente em tudo, idênticas às que estão lá, que não têm concessão. Têm um pedido para atracar essas embarcações que viu no cais e que estão neste momento a fazer exercício de testes e têm



uma declaração pedida e uma aprovação da APA para o fazer. É mais uma aposta na diversificação da oferta.”

O Sr. Vereador Paulo Rogão continuou: “Não tenho conhecimento em pormenor disso, mas a minha questão agora é esta . Não há um limite de licenças?” -----

A Sr.ª Vereadora Clementina Gemelgo respondeu: “A Entidade responsável é a APA. O plano da água é da APA, não é do Município. Este licenciamento da APA e este parecer favorável, dura um ano, e depois será com base naquilo que o promotor fizer como oferta Com base naquilo que o Município e a APA decidirem poderá continuar ou não. Tem apenas licença experimental. Eu posso também dar a conhecer se quiser ver mais em pormenor que a oferta vai muito além dessas embarcações.”

O Sr. Vereador Paulo Rogão continuou: “Eu acho que o Executivo deve conhecer todas as questões que são importantes para o concelho.

Um outro assunto tem a ver, Sr. Presidente, com os Protocolos com as Juntas de Freguesia no âmbito de investimentos que estão previstos no Orçamento. Sei que na reunião de 2 de julho de 2026 vieram aqui Protocolos com as Freguesias de Ala, Arcas, Castelão, Lombo e Cortiços. A sua proposta vai no sentido da Câmara ter aprovado os Protocolos, o que fez, levá-los à Assembleia Municipal, que será agora em setembro. Depois tem que ir à Assembleia de Freguesia e à Junta de Freguesia para os aprovar, e só depois é que são assinados. Eu alertei que esse não deveria ser o procedimento, mas o Sr. Presidente entende que sim, portanto, estes investimentos só vão ser aprovados lá para outubro.

Pergunto eu, e as restantes Freguesias, Sr. Presidente? Porque também há muitas outras Freguesias nas mesmas circunstâncias. Quando é que se assinam esses Protocolos? Porque senão o ano económico está a terminar, as Freguesias, querem fazer os investimentos, querem fazer as obras e



depois não vão ter tempo suficiente para o fazer ainda em 2026. Portanto, se estas, que são 5 Freguesias, não vão assinar esses Protocolos antes de outubro, e só depois de assinar os Protocolos é que eles devem pôr as obras a concurso. Ora, dezembro não demora a chegar e agora pergunto eu, e as outras Freguesias? Porque senão não vai ser em 2026 que vão fazer os investimentos, que estão previstos para este ano.”

O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que pretendem conseguir assinar os protocolos até 10 de agosto.

O Sr. Vereador Paulo Rogão continuou dizendo que foi tornado público a nova rede de transportes públicos. Quem é a empresa concessionária desta nova exploração?” **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu que é a que estava a Rodonorte. **O Sr. Vereador Paulo Rogão** perguntou quantas linhas servem o nosso concelho? **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu que são oito e para já vão começar com três, é experimental, e é gratuito, ou seja, pode haver algumas dessas que fiquem e vão ser acrescentadas outras. **O Sr. Vereador Paulo Rogão** questionou qual é o prazo da concessão. **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu que a concessão, sem certeza absoluta, é pelo período de três ou quatro anos. **O Sr. Vereador Paulo Rogão** perguntou se todas as aldeias do concelho são servidas por esta nova rede, ou não?” **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu que a ideia é abranger todas as aldeias do concelho. **O Sr. Vereador Paulo Rogão** perguntou: “Face à concessão anterior, a questão que eu lhe coloco é esta. O preço do bilhete manteve-se, é mais ou é menos?” **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu: “Neste período experimental, é gratuito, depois, a ideia é, e foi aquilo que se percebeu, é manter a isenção de 50%.” **O Sr. Vereador Paulo Rogão** perguntou: “Última questão, e esta também é muito importante. Sr. Presidente, esta nova concessão, quanto é que custa a Câmara Municipal?” **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu que não tem essa



informação, mas que a pode trazer logo que possível. **O Sr. Vereador Paulo Rogão** alertou: “ Sr. Presidente, eu deixo aqui uma sugestão. Isto são assuntos importantes e podemos trazê-los na próxima reunião pública. Esta iniciativa de dar conhecimento à Câmara, eu acho que deve ser uma prática instalada. Vocês, muitas vezes, avocam e isso vê-se neste tipo de dados e comportamentos.”-

O Sr. Vereador Armindo Cepeda perguntou: “Este transporte vai conseguir em dias de Feira ir às aldeias todas do concelho no mesmo dia?

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que tudo farão para que isso seja possível. -----

Ordem do Dia

Órgãos da Autarquia

FUNDO DE MANEIO - CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO PARA A UNIDADE DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES DA DIVISÃO MUNICIPAL DE OBRAS MUNICIPAIS.

Considerando que a Unidade de Logística e Transportes da Divisão Municipal de Obras Municipais assegura a operacionalidade contínua da frota municipal, sendo indispensável garantir o pagamento imediato de despesas urgentes, inadiáveis e de reduzido montante, essenciais à continuidade do serviço público;

Considerando que se revela necessário assegurar o pagamento, no ato, de despesas com combustíveis, nomeadamente em deslocações realizadas em território nacional e no estrangeiro, sempre que não esteja disponível a empresa fornecedora do Município; -----

Considerando, igualmente, a necessidade de proceder ao pagamento de portagens não abrangidas pelo sistema «Via Verde», parqueamentos, inspeções obrigatórias de viaturas e renovação das licenças emitidas pelo IMT relativas às viaturas afetas ao transporte de passageiros e de crianças;--



Considerando que a constituição de um Fundo de Maneio constitui o mecanismo mais adequado para assegurar o pagamento imediato das referidas despesas, garantindo a normal prossecução das atribuições da Unidade de Logística e Transportes;

Proponho que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar a constituição de um Fundo de Maneio afeto à Unidade de Logística e Transportes da Divisão Municipal de Obras Municipais;

2. Definir que o referido Fundo de Maneio tem como finalidade assegurar o pagamento imediato de despesas relacionadas com combustíveis, portagens, parqueamentos, inspeções de viaturas e licenças do IMT;

3. Designar como responsável pela gestão do Fundo de Maneio o Chefe da Divisão Municipal de Obras Municipais, Eng.º Pedro Miguel da Costa Gonçalves Pinto;

4. Fixar o montante do Fundo de Maneio em 1.500,00 € (mil e quinhentos euros);

5. Determinar que o Fundo de Maneio seja afeto às seguintes rubricas orçamentais: 0102/02010202 - Combustível; 0102/020210 - Portagens e parqueamento; 0102/02022504 - Inspeções; 0102/06020305 - Licenças IMT.

6. Determinar que o fundo de maneio agora constituído: a) Não pode ser utilizado para fracionamento de despesa nem para despesas sujeitas a procedimentos de contratação pública; b) Deve ser obrigatoriamente documentado por faturas ou documentos legalmente equivalentes, emitidos em nome do Município de Macedo de Cavaleiros; c) Está sujeito a prestação de contas periódica, nos termos definidos pelos serviços financeiros. d) Deve ser integralmente regularizado até ao final do exercício económico de 2026, não transitando saldos para o ano seguinte.

ATA CÂMARA MUNICIPAL
Número: 2026-0019 Data: 18/08/2026



7. Conferir aos serviços financeiros competência para emitir as instruções internas necessárias à execução, controlo e fiscalização dos fundos de maneiio aprovados. -----

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/142 de 24 de Julho de 2026. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade aprovar, nos termos apresentada a proposta do Sr. Presidente da Câmara referente à Constituição do Fundo de Maneio.

Divisão Municipal de Educação

PLANO MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PLANO MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR | ANO LETIVO 2026/2027

O plano de transporte escolar (PTE) é, a nível municipal, o instrumento de planeamento da oferta de serviço de transporte entre o local da residência e o local dos estabelecimentos de ensino da rede pública, frequentados pelos alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, (...), conforme refere o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual.

O serviço de transporte escolar é uma modalidade de ação social escolar, destinada a todos os alunos dentro da escolaridade obrigatória e visa assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação pré-escolar e à educação escolar. -----

O diploma antes referido, no seu artigo 19.º, menciona os elementos obrigatórios a incluir no PTE, a saber:

A área abrangida | Os itinerários dos meios de transporte coletivo de passageiros | A numeração e classificação oficiais das vias de comunicação a percorrer | A distribuição geográfica dos estabelecimentos de ensino | A projeção quantificada da procura por locais de origem | Os

ATA CÂMARA MUNICIPAL
Número: 2026-0019 Data: 18/08/2026



meios de transporte a utilizar | Os circuitos especiais, existentes ou a criar. -----

O Plano Municipal de Transporte Escolar 2026/2027 em anexo cumpre o antes referido. -----

A aprovação do PTE é da competência da Câmara Municipal, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação, conforme o disposto no nº 1, art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual. -----

O Conselho Municipal de Educação discutiu e emitiu parecer favorável ao PTE na sua reunião de 23/07/2026, pelo que se propõe a sua aprovação pela Câmara Municipal. -----

O Sr. Vereador Paulo Rogão fez a seguinte intervenção: “O Plano de Transportes Escolar para o ano Letivo 2026/2027, que inclui o pré-escolar, o ensino básico e o ensino secundário, apresentado é para um universo de 423 alunos, menos 18 face ao ano anterior, abrangendo 51 das 67 localidades do concelho, isto, se a contagem estiver correta, como iremos adiante verificar. É executado pela empresa que possui a condução do Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros, do concelho, por viaturas do município e por veículos ligeiros de aluguer. A primeira pergunta que eu faço é esta. Porque está fechado, qual o custo para o Município do Plano de Transportes do ano Letivo 2025/2026? Segunda questão. A previsão de custos do Plano de Transportes que hoje apresentam? Para o aprovarmos, também temos que ver a questão financeira. E esse valor não vem aqui elencado.” -----

A Sr.ª Vereadora Clementina Gemelgo respondeu: “Através da CIM, a empresa Santos comprometeu-se a alterar a frota, daí o valor ainda não estar encerrado. Queremos ver efetivamente se a frota foi alterada, se as condições de funcionamento estão de facto asseguradas, quer em termos de qualidade do autocarro em si e do interior, que eram queixas que vinham do processo anterior, mas trarei as duas coisas logo que esteja tudo direito.” -----



O Sr. Vereador Paulo Rogão continuou: “Passando à análise do Plano proposto, destaco as seguintes incoerências formais do Plano que convém corrigir. Na página 19 e 21, lá é referido que o Município realiza 8 circuitos, mas só apresentam 7 circuitos. Afinal, quantos circuitos são? É referido que o Município vai realizar 8, mas depois só definem 7. Na página 19 no ponto 2 é dito os veículos do município utilizados na realização de 8 circuitos. Depois vamos à página 21 e estão aqui identificados os circuitos, só são 7. Depois, uma outra incoerência tem a ver com o seguinte. Mencionam que os veículos da Câmara, que preveem transportar 97 estudantes. E só os 7 que apresentam são 136 estudantes. Afinal, quantos estudantes são? ” -----

A Sr.^a Vereadora Clementina Gemelgo respondeu: “Eu posso explicar o que é que aqui varia. Quem quer o passe vai require-lo à Entidade/Empresa e esta não dá os números em tempo real, ou seja, nós fazemos previsões com os números que o Agrupamento nos envia, sendo que podemos ter aqui o número e à data pode já estar ultrapassado e pode haver mais pessoas a fazer essa previsão.” -----

O Sr. Vereador Paulo Rogão continuou: “O que está a dizer é correto. Mas dos 7 que estão aqui definidos, só estes 7 já vêm 136 estudantes e vocês podem pensar, que isso não tem importância, mas tem porque em função do número de alunos, nós vamos definir os carros que vamos disponibilizar, e se temos mesmo carros, para os poder transportar, portanto, tem que haver algum rigor nestes números que aqui são elencados. -----

Depois, na página 23, acontece algo semelhante, é referido que os circuitos especiais em veículos ligeiros de aluguer vão ser 6 circuitos. Só estão aqui 5 e o número de estudantes também não bate certo, falta aqui pelo menos um circuito. Qual é? Quantos alunos são? Portanto, há estas incoerências formais que convém retificar porque é este plano que vamos aprovar e que será a base do concurso público que vão abrir. -----



Depois, passando à análise política deste documento. O tema dos transportes escolares não é fácil para os Executivos Municipais. Quer para estes têm funções, quer para os anteriores. O Município é confrontado com inúmeras queixas de famílias, das escolas e dos alunos, queixas que não surgem por acaso, surgem porque o serviço falha repetidamente, e essas falhas têm impacto direto na vida de quem o utiliza, em particular aquele que é executado pela Empresa de Transporte Coletivo de Passageiros, neste caso, a empresa Rodonorte.

Na Assembleia Municipal, sobre o último, Deputadas Municipais da Coligação PSD e CDS alertaram para a necessidade de dar particular importância a este tema, elencando inúmeras vicissitudes na prestação deste serviço, nomeadamente que chovia dentro dos autocarros, que os bancos eram como eram, enfim, uma série e um rol de situações que as viaturas apresentam. A Sr.^a Vereadora Clementina Gemelgo, com o Pelouro da Educação, assumiu o compromisso de corrigir estas situações, mas verifico que o Plano de Transportes Escolares, ora apresentado, não traduz esse compromisso em medidas concretas. Não basta dizer que se vai melhorar, é preciso mostrar como. O Plano não apresenta nem metas, nem indicadores, nem mecanismos, e destaco este, nem mecanismos de fiscalização que permitam garantir que o serviço será diferente do que foi no último ano ou nos últimos anos. Este ano, quero crer, poderá correr melhor, pelo motivo do novo Serviço Público de Transportes da CIM Terras Trás Montes, operado pela Rodonorte, esperando que as viaturas sejam melhores. Mas quanto ao resto, nomeadamente quanto à fiscalização do serviço, e esta é a parte mais importante do Serviço de Transportes Escolares, o Plano é omissivo, nada diz sobre o assunto. A execução tem de ser fiscalizada. Não podemos continuar a depender da boa vontade dos operadores. É preciso supervisão, exigência e consequências, fundamentalmente. O transporte escolar é uma obrigação pública e um compromisso político, e quando o Plano apresentado não responde às necessidades das famílias, cabe-nos dizer claramente, não



chega. Registo que este Plano devia ser mais audaz e alinhado com aquilo que foi prometido, nomeadamente na última Assembleia Municipal de fevereiro. Depois, sobre este assunto, termino dizendo o seguinte. Sr. Presidente e pergunto-lhe qual o motivo por que este assunto vem à apreciação da Câmara Municipal? Pergunto isto porque, em 6 de novembro de 2025, a Câmara Municipal deliberou delegar a aprovação do Plano de Transportes Escolares na sua pessoa. É o ponto 2.1 da sua proposta, onde diz que, no domínio da Educação, são delegadas as competências relativas à elaboração da Carta Educativa, à elaboração e aprovação do Plano de Transportes Escolares. Não obstante ter vindo alertando, aliás, é exemplo do que eu já anteriormente referi no assunto no período anterior do dia, não obstante ter vindo alertando que essa deliberação é ilegal, sugerindo a sua retificação, até hoje nada fez. Nada ter feito não torna legais as decisões que se tomem, pelo contrário, agrava a situação. Porque são alertados e nada fazem. Porque a delegação se mantém na sua pessoa, temos vistos com subdelegação na Sra. Vereadora, o que pretende fazer? Repito o que já dissemos anteriormente. A deliberação da delegação de competências é ilegal e estão a tomar decisões para as quais não têm competência. Não podemos andar a brincar às deliberações da Câmara Municipal, ou cumpre o deliberado ou propõe a revogação da deliberação de 6 de novembro de 2025.” -----

A Sr.^a Vereadora Clementina Gemelgo respondeu: “Sobre as declarações que eu fiz na Assembleia Municipal, penso que estou a cumprir com tudo aquilo que disse, nomeadamente nas reuniões com a Empresa em causa, nomeadamente com a pressão que o Sr. Presidente levou à CIM para fazer pressão e levar a que de facto a Empresa remodele, reformule e cumpra com a mudança da frota e dos veículos que tem aqui a trabalhar.” -----

O Sr. Vereador Paulo Rogão disse: “Sr. Vereadora eu não ponho isso em questão e acredito que as suas declarações de fevereiro são verdadeiras e têm plena noção que têm que trabalhar nesse sentido.”



A **Sr.^a Vereadora Clementina Gemelgo** respondeu: “Não pressionámos só, em sede do Conselho Municipal de Educação, também pedimos a colaboração do representante das Forças de Segurança para depois fazer fiscalização e verificar sem avisar, detalhadamente, os transportes que por aqui estão a ocorrer. Há uma única Empresa a laborar no nosso território e não há aqui grande concorrência, portanto, a pressão que possamos fazer e o compromisso da própria empresa e dos dirigentes levam-nos a acreditar que vão cumprir aquilo que disseram. Mais, sobre a qualidade dos transportes, não interessa só a qualidade do autocarro, aquilo que eu disse, e é importante é o tempo de viagem das crianças que vêm de localidades distantes, e isso está cumprido e está vertido no documento, nomeadamente, na alteração do circuito 7 de Lagoa, Morais, Sobreda, Bairro Social da Alegria, que passava antigamente também por Castelãos e por Vilar do Monte, obrigando as crianças que já vinham de Lagoa a ter que ir ali para aquela zona. Deixaram de o fazer e passam a ter mais tempo para estar em casa de manhã e um bocadinho mais tempo ao final do dia. Também o circuito 8, Talhas, Talhinhas, Gralhós, Bagueixe, Castro Roupal e Macedo, também foi encurtado, também tem muito mais tempo, estamos a falar de 15, 20 minutos, aquilo que o trajeto que estava duplicado faria se estivesse a ser feito como o ano passado. Também no circuito de Murçós, deixaram de passar em Vale de Prados e estes passaram a integrar o circuito de Nogueirinha, retirando também a estas crianças, mais 15 minutos de viagem de manhã e mais 15 minutos de viagem à tarde e isto está vertido no documento, isto é efetivo e está aqui, agora da Empresa ainda não tem a capacidade nem as ferramentas para obrigar. Daquilo que depende de mim, estou de facto a tentar que façam aquilo que nunca foi feito há muito tempo, porque os autocarros, e as condições em que estão, não estão a trabalhar este ano. Ninguém quer transportar crianças em condições deficitárias, nem ninguém quer correr esse risco, muito menos com crianças. Também sei que o Executivo anterior também diligenciou nesse sentido, pois nunca ninguém quis que



os transportes estivessem nessas condições.”

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse: “Nós vamos continuar a fazer essa fiscalização, dentro do que é possível, e, como eu disse, em termos de CIM, de Município, de escola, de GNR, neste caso vamos fazer sempre a pressão para que realmente a Rodonorte cumpra.” -----

O Sr. Vereador Paulo Rogão disse: “A questão aqui é esta. Quando se aprova um Plano de Transportes Escolares, aprova-se em todas as vertentes, e o que eu destaco aqui é que esta vertente não está cá, elencada, só isso. Agora, eu não ponho em questão que vocês não vão fazer essa pressão, obviamente que vão, mas, se forem todas as entidades, nomeadamente o Conselho Municipal de Educação, que também se assume aqui a por condições, é diferente e é isso que eu estava a elencar e o Plano é omissivo contra essas matérias. Agora, relativamente à questão que eu coloquei diretamente ao Sr. Presidente, quero ver o que é que o Sr. Presidente quer dizer sobre o assunto.”

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu: “É uma questão de transparência, certo?”—

O Sr. Vereador Paulo Rogão disse: “Se o Sr. Presidente delega em si, porque é que agenda o assunto para deliberação da Câmara Municipal? Não pode ser. O Sr. Presidente tem o gabinete jurídico ao seu serviço, tem um consultor jurídico ao seu serviço. E essas são as questões, Sr. Presidente, se a Câmara toma uma deliberação de delegar determinada matéria no Sr. Presidente da Câmara este Órgão não tem competência para deliberar a não ser que avoque essa deliberação. Ora, mas não avoca e esta competência não é delegável. O problema nasce-se aí, é que esta competência não é delegável. Aliás, o início do plano fala isso mesmo. A informação diz mesmo, a competência é da Câmara.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com base na informação, aprovar o Plano de Transporte Escolar para o



ano letivo 2026/2027. -----

Votação: quatro (4) votos a favor (Sérgio Borges, Clementina Gemelgo, Cristina Pires e Leonardo Vila Franca) e três (3) abstenções (Paulo Rogão, Benjamim Rodrigues e Armindo Cepeda) -----

Divisão Municipal de Desporto, Juventude, Saúde e Bem-Estar

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E DESENVOLVIMENTO DA VELA NO CENTRO NÁUTICO DO AZIBO - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VELA.

O Município de Macedo de Cavaleiros tem vindo a promover a atividade física e desportiva, destacando-se a valorização do Centro Náutico do Azibo como infraestrutura de referência para a prática de desportos náuticos. -----

Neste contexto, e considerando a importância da qualificação dos recursos humanos e da promoção de atividades inclusivas, propõe-se a celebração de um contrato programa de desenvolvimento desportivo de cooperação técnica e formativa, com duração de 6 meses e custo mensal de 600,00€ isento de IVA, com a Federação Portuguesa de Vela entidade com reconhecida competência técnica na área.-----

Esta parceria visa dinamizar a modalidade da vela, capacitar técnicos municipais e reforçar o Centro Náutico do Azibo como polo de excelência nacional. -----

Face ao exposto, submete-se à consideração da Câmara Municipal a aprovação do contrato programa, em anexo. -----

Parecer do Chefe de Divisão de Municipal de Desporto, Juventude, Saúde e Bem-Estar: “Subscrevo o aqui proposto sob o ponto de vista legal. Após cabimento, submeto à consideração do Sr. Presidente o agendamento do assunto em apresso para deliberação da Câmara Municipal”. -----

ATA CÂMARA MUNICIPAL
Número: 2026-0019 Data: 18/08/2026

Código Validação: 5ZFETH25SAJL2D24EYFA2OHWN
Verificação: <https://macedodecavaleiros.balcao eletrónico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 37 / 40



Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 22.07.2026: “À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.”. -----

O Sr. Vereador Paulo Rogão pergunta: “Este protocolo traduz-se em a Câmara assumir 50% dos encargos com um colaborador que a Federação vai colocar aqui, correto? Mais o seu alojamento, portanto, 50% do técnico que venha para aqui da Federação de Vela, mais o seu alojamento. Pergunto. Qual é o ponto de situação do outro trabalhador que a Câmara vai lá colocar? Já o contrataram, não o contrataram?”

A Sr.^a Vereadora Cristina Pires respondeu: “Ainda não está o procedimento feito.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, com base na informação aprovar a minuta do Contrato-Programa Desportivo a celebrar entre o Município de Macedo de Cavaleiros e a Federação Portuguesa de Vela. -----

Divisão Municipal de Urbanismo

JUNÇÃO DE ELEMENTOS AO PROCESSO - CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR - CADUCIDADE DE LICENCIAMENTO - AUSÊNCIA DE RESPOSTA REQ: ALFREDO CARLOS PRETO FERNANDES LOC: LUGAR VIA OESTE - MACEDO DE CAVALEIROS

Sobre o assunto em epígrafe, informo o seguinte:

Através da informação n.º 4, do Req: 449/2022, de 2026/06/09, foi dado conhecimento que decorreu o prazo para o requerente concluir as obras de construção de habitação unifamiliar, na Via Oeste, em Macedo de Cavaleiros, sem que tenha sido solicitada a prorrogação do prazo para conclusão das obras ou a utilização.

Assim, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 3 do art.º 71.º do

ATA CÂMARA MUNICIPAL
Número: 2026-0019 Data: 18/08/2026

Código Validação: 5ZFETH25SAJL2D24EYFA2OHWN
Verificação: <https://macedodecavaleiros.balcãoeletronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 38 / 40



Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, o licenciamento encontra-se caducado. -----

Para cumprimento do n.º 5 do mesmo artigo, foi efetuada a audiência prévia do interessado, da intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença, não tendo o mesmo reagido no prazo legalmente concedido. -----

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal declare a caducidade do licenciamento. -----

Parecer do Chefe da Divisão Municipal de Urbanismo: "Para cumprimento do n.º 5 do mesmo artigo, foi efetuada a audiência previa do interessado, da intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença, não tendo o mesmo reagido no prazo legalmente concedido. Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal declare a caducidade do licenciamento." -----

Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 22.07.2026: "À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão." -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do licenciamento e o consequente arquivamento do processo. -----

EMIÇÃO ALVARÁ DE OPR. URBANÍSTICA - CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM - LOTE 109 - ZIMC - CADUCIDADE DE LICENCIAMENTO - AUSÊNCIA DE RESPOSTA REQ: ALEXIS LAVRADAS PEREIRA LOC: ZONA INDUSTRIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS-LOTE 109

Sobre o assunto em epígrafe, informo o seguinte:-----

Através da informação n.º 18, do Req: 18/2024, de 2026/06/16, foi dado conhecimento que decorreu o prazo para o requerente concluir as obras de construção de edifício destinado a Armazém, no Lote n.º 109, da Zona

ATA CÂMARA MUNICIPAL
Número: 2026-0019 Data: 18/08/2026



Industrial de Macedo de Cavaleiros, sem que tenha sido solicitada a prorrogação do prazo para conclusão das obras ou a utilização.

Assim, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 3 do art.º 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, o licenciamento encontra-se caducado. -----

Para cumprimento do n.º 5 do mesmo artigo, foi efetuada a audiência prévia do interessado, da intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença, não tendo o mesmo reagido no prazo legalmente concedido.-----

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal declare a caducidade do licenciamento e delibere sobre a possibilidade de reversão do lote, nos termos do disposto no artigo 9.º do Regulamento de Cedências da ZIMC, conforme referido na informação n.º 18.-----

Parecer do Chefe da Divisão Municipal de Urbanismo: "Para cumprimento do n.º 5 do mesmo artigo, foi efetuada a audiência previa do interessado, da intensão da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença, não tendo o mesmo reagido no prazo legalmente concedido. Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal declare a caducidade do licenciamento, com as consequências legais previstas do regulamento da ZIMC, e referidas na informação."-----

Despacho do Sr. Presidente da Câmara: "À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão".-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade do licenciamento e reverter o Lote para o domínio do Município. -----

Documento assinado eletronicamente

